

## A questão da “especificidade” do pós-colonialismo português

Carlos M. F. da Cunha  
(Universidade do Minho)

Um tema dominante na área dos estudos pós-coloniais, em relação a Portugal, tem sido a questão da especificidade do pós-colonialismo português. Boaventura Sousa Santos, no seu estudo “Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade”, toma como referência e norma o colonialismo e o pós-colonialismo anglo-saxónicos (2001: 30). A partir deste pressuposto, analisa a diferença portuguesa como um desvio face ao colonialismo britânico, associado ao capitalismo:

“Neste caso a norma é dada pelo colonialismo britânico e é em relação a ele que se define o perfil do colonialismo português, enquanto colonialismo subalterno.” (*id.*: 29); “A especificidade do colonialismo português assenta, pois, basicamente em razões de economia política – a sua condição periférica” (*id.*: 27 ss.).

Segundo o autor, esta condição manifestou-se no plano económico, social, político, jurídico, cultural, e também no plano das práticas quotidianas de convivência e sobrevivência, de opressão e de resistência. Condensada nalguns dos sub-títulos deste ensaio está a tese de que Portugal foi um Caliban na Europa, um Próspero calibanizado. Em suma, o colonialismo português foi desde o século XVII um colonialismo subalterno (numa curiosa translação do subalterno de Spivack e de Gramsci), próprio de um império colonial débil e periférico face ao sistema capitalista moderno, de um país que chegou a ser colonizado informalmente pelo império britânico, o que se traduziu num “défice de colonização” (a incapacidade de Portugal para colonizar efectivamente) e num simultâneo “excesso de colonização” (devido à dupla

colonização das suas colónias: directamente pelo império português e indirectamente através do domínio inglês) (2001: 24, 27).

Não deixa de ser paradoxal que Boaventura Sousa Santos estabeleça assim a especificidade do colonialismo português, reconhecendo a hegemonia da teoria pós-colonial anglo-saxónica, quando poderia contestá-la. Aliás, como reconhece, o colonialismo português teve três séculos de precedência sobre o colonialismo do séc. XIX (não pode por isso ser interpretado retroactivamente). Portugal começou antes e terminou anacronicamente depois (*id.*: 28). Mas, de acordo com os seus objectivos, Sousa Santos tenta ver até que ponto se aplicam ao pós-colonialismo português, e de que modo, os principais conceitos de Homi Bhabha: declara, por exemplo, que a ambivalência, a miscigenação e a hibridez fazem parte do colonialismo português (por necessidade dos seus colonos) (*id.*: 41; cf. 59-61), o que não deixa de ser irónico, pois isso faz com que este passe a ter as características gerais do pós-colonialismo. Quanto à imitação que Bhabha atribui ao colonizado, considera que esta relação está invertida, tendo o colono português imitado o colonizado, por razões de sobrevivência e porque era ele próprio um colonizado/emigrante face à metrópole de onde era oriundo (*id.*: 42-3). Daí a conclusão de que, para os seus vizinhos da Europa do Norte, Portugal foi um Caliban (*id.*: 46-53). Nessa óptica, a sua hipótese acaba por inviabilizar qualquer análise pós-colonial, quer pelo facto de a colonização ter sido débil (o que impediria a reacção do colonizado), quer porque a miscigenação e o hibridismo se deram no próprio processo de colonização.<sup>1</sup>

Segundo Ana Paula Ferreira (2007), Boaventura Sousa Santos transforma esta especificidade portuguesa num quase excepcionalismo, que, embora pela negativa (a miscigenação dá-se por necessidade dos colonos), se aproxima do “lusotropicalismo” de Gilberto Freyre, mascarando assim o racismo (mesmo se mitigado) e a violência implicados

---

<sup>1</sup> Como sublinha Ana Paula Ferreira, parece que estamos perante uma situação pós-colonial “avant la lettre” (2007: 30-33; cf. 37-8).

na colonização portuguesa, ao mesmo tempo que valoriza esse “colonialismo subalterno” como uma forma de anti-globalização. Por seu turno, Paulo de Medeiros destaca o facto de ele seguir de muito perto a teoria pós-colonial anglo-saxónica.<sup>2</sup> Mas é ainda em nome da “especificidade” portuguesa, em termos históricos, que Paulo de Medeiros defende a necessidade de serem superados os “pontos cegos” da teoria pós-colonial, centrada no contexto e nas práticas britânicas, ignorando a complexidade das relações coloniais e a sua diversidade geográfica e temporal (2006: 340; cf. 344-5).<sup>3</sup> Por isso, preconiza uma interacção entre a teoria pós-colonial e as literaturas lusófonas, para as perceber melhor e ampliar o alcance daquela, numa perspectiva comparatista com outras situações pós-coloniais (*id.*: 348-9).

Esta crítica à teoria pós-colonial aparece-nos igualmente em relação a outros espaços geoculturais, como o francófono. Em *Francophone Postcolonialism: A Critical Introduction*, Charles Forsdick e David Murphy falam da hipótese de um comparatismo pós-colonial (2003: 14), que envolveria as experiências históricas da França, Espanha, Portugal, Holanda, etc., de modo a evitar certos discursos triunfalistas de uma anglofonia globalizada. São assim contra a dominação anglófona nos estudos pós-coloniais, que reflecte o domínio do “império anglófono” (U.S.A, U.K. e Austrália). Esta falta de uma perspectiva ampla está também

---

<sup>2</sup> Paulo de Medeiros, que elogia o pioneirismo do estudo, refere que não deve ser lido sem uma perspectiva crítica, em particular por estar muito preso à teoria pós-colonial anglocêntrica: “The very title of the essay still shows a degree of dependency on Anglophone questions that only very recently begun to be superceded.” (2007a: 2).

<sup>3</sup> “postcolonial theory for too long also remained not only clearly Anglophone, based on the conditions arising from British colonialism, and consequently blind to other, sometimes very different historical and social specificities of different colonialisms, but also tended unwittingly to duplicate, even if on reverse, some of the strategies of domination it set out to resist.” (Medeiros, 2007a: 1).

Cf. Margarida C. Ribeiro e Ana P. Ferreira (2003: 12); Ana M. Fonseca (2007: 49).

presente noutros “area studies”.<sup>4</sup> Em certo sentido, é para corrigir essa lacuna que *The Routledge Companion to Postcolonial Studies* (2007) procura dar conta do processo colonial e pós-colonial dos impérios francêss, espanhol e português, assumindo o coordenador que será também necessário não esquecer os projectos coloniais da Holanda, Bélgica, Alemanha, Itália e Dinamarca:

“In recent years, however, significant work in postcolonial studies appeared in (for example) francophone, hispanic and lusophone intellectual contexts. The field’s centre of gravity is shifting, so that postcolonial studies is now more generally alert to the *different european empires*, and their legacies, which shaped european colonialism and made it a *variable* phenomenon – as well as the wide variety of postcolonial cultural practices throughout the world which have emerged from French, Spanish, Portuguese, Dutch and (not just) British colonialism and often, but not exclusively, in (versions of) these transplanted European languages and artistic conventions.” (McLeod, 2007: 11).

Vemos assim questionada a possibilidade de se aplicar em geral a teoria pós-colonial, devido à sua génese e ao seu âmbito, uma vez que os estudos pós-coloniais estão marcados por uma matriz que parece incapaz de dar conta de outras experiências histórico-geográficas. Poderíamos talvez insistir na especificidade do colonialismo britânico e da teoria pós-colonial.

Como sublinha Walter Mignolo, a colonização é indissociável da modernidade (2002), num percurso cujo início se pode traçar desde o Renascimento (1995), tal como os

---

<sup>4</sup> Ana Paula Ferreira sublinha que os latino-americanistas, ao proporem um modelo alternativo ao anglocêntrico, continuam a ignorar Portugal, chegando-o a confundir com a Espanha (2007: 24). Caryl Emerson, por sua vez, observa que a *American Comparative Literary Association* ignora a Europa Central e de Leste (e os eslavistas), tal como ignora os africanistas, islamitas, sinólogos, etc. (2006).

Estados-nação e os nacionalismos europeus estão com frequência ao serviço de projectos imperiais e à expansão colonial.<sup>5</sup> E não há Europa sem império (colonização/modernidade).<sup>6</sup> Mas, ao mesmo tempo que o “modelo colonial” impunha a ideia da superioridade/diferença do colonizador, alguns impérios hegemónicos criavam em simultâneo a noção da sua “diferença imperial” (supremacia cultural, literária, etc.) face a outros impérios colonizadores: “The consolidation and hegemony of northern European nations went hand and hand with the

---

<sup>5</sup> Linda Hutcheon sublinha a necessidade de se evitar aplicar o modelo nacional/colonial europeu (nação, teleologia, progresso, etc.) às situações pós-coloniais, até porque em muitos casos “Although clearly the source of anticolonial resistance, nationalism was also a major motivational force behind modern European imperialism in the first place.” (2002: 14); “Many European forms of nationalism had a colonial genealogy and were thus, at least in part, the direct results of defining the imperial self against the colonized other.” (*id.*: 15).

Se, como observa Walter Dignolo, modernidade e colonialidade são inseparáveis, as histórias literárias (caso sejam possíveis ou necessárias) têm de se tornar histórias do fazer (discursos coloniais) e desfazer (descolonizando discursos) da diferença colonial no amplo domínio da escrita, para além do modelo eurocêntrico da literatura, história, filosofia, etc. As culturas literárias na história têm sido cruzadas pelas diferenças coloniais e este cruzamento pode tornar-se no domínio para as futuras histórias da literatura, cujo projecto pode ser orientado para desfazer o modelo colonial (2002: 178). O futuro pede assim uma multiplicação das histórias locais e a descolonização da história literária (*id.*: 183-4), pelo que superar a diferença colonial implica também pensar em coisas diferentes da história e da literatura (*id.*: 186).

<sup>6</sup> Como observa María José Vega, “En este sentido, podría decirse que la cultura occidental presupone y entraña el imperio como hecho fundante de occidente – desde el Renacimiento hasta la actualidad – y que sus productos literarios o estéticos participan de este hecho fundante y lo incorporan, aunque no traten abiertamente de él.” (Vega, 2003: 15); “la historia intelectual de Europa, desde el Renacimiento, es impensable sin la expansión territorial, sin el impacto intelectual de los descubrimientos y sin la política de la colonización.” (*id.*: 17).

construction of the imperial difference and the distinction between the North and the South, embedded in the cultural discourse in France, Germany, and England.” (2002: 158).<sup>7</sup>

Deste modo, a diferença imperial floresce ao mesmo tempo em que se impõe a diferença colonial (*id.*: 180; cf. 2003). É nesta linha, aliás, que Sousa Santos situa a questão da especificidade portuguesa: “Formular a caracterização do colonialismo português como ‘especificidade’ exprime as relações de hierarquia entre os diferentes colonialismos europeus.” (2001: 29). Daí a inevitável aporia da aplicação da teoria pós-colonial a um império dito subalterno, na medida em que o colonizador periférico acaba por se socorrer de uma arma teórica que se vira contra si, porque faz dele Caliban de um outro Próspero, remetendo-o para uma situação intervalar de Próspero calibanizado. Se o império hegemónico e o império considerado subalterno têm em comum o facto de terem construído a “diferença colonial” face às suas colónias, que aparecem com um estatuto de menoridade face à metrópole imperial (com uma língua/literatura menores, etc.), esta desigualdade acaba por se transpor para a relação entre o império hegemónico e os seus rivais. O que invalida, à partida, o acesso a uma verdadeira consciência pós-colonial e produz o efeito preverso de transformar o país colonizador no objecto de estudo principal.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> Assim, segundo Mignolo, a literatura portuguesa e a espanhola nunca tiveram nos *curricula* universitários e nos encontros de literatura comparada o mesmo relevo que a inglesa, a francesa e a alemã, pois foi nestas três línguas que se construiu o paradigma/cânone das literaturas modernas. Por isso, a Espanha, Portugal e Itália foram relegados para um segundo plano na *International Comparative Literature Association*.

<sup>8</sup> Apesar de questionável, uma das vantagens da teoria pós-colonial consiste na renovação das tradicionais “area studies”. Jean-Marc Moura, v.g., propõe várias hipóteses de aplicação da teoria pós-colonial ao espaço da francofonia (1999). Maria José Vega, v.g., sublinha a sua importância para o estudo das literaturas dos povos colonizados enquanto processo de resistência: “la *crítica postcolonial* aborda prioritariamente el proceso de contestación y resistencia, la subversión del legado cultural y literario de la metrópoli y el surgimiento de prácticas textuales que se definen por la experiencia de la colonización y la independencia.” (2003: 16).

De facto, quando se impõe como norma, a teoria pós-colonial acaba por perpetuar o modelo colonial, afirmando-se como um modelo superior que relega para um plano periférico os outros colonizadores, dando assim continuidade aos modelos epistémicos e discursivos coloniais europeus/ocidentais com os quais a Europa estabeleceu a “diferença colonial”.<sup>9</sup> Emily Apter chama mesmo a atenção para o facto de as novas formas do comparativismo pós-colonial perpetuarem inadvertidamente a geopolítica pós-colonial, ao seguirem as linhas linguísticas (e culturais) traçadas pelos impérios. Nas Caraíbas, o Haiti, a Martinica e Guadalupe são localizados nos estudos francófonos; Cuba nos estudos hispânicos e latino-americanos; a Jamaica nos estudos anglófonos. A manutenção destas relações geopolíticas (mesmo se recomendáveis do ponto de vista pedagógico e historicamente lógicas), “are equally compelling arguments for abandoning postcolonial geography.” (2006: 55).

A especificidade portuguesa parece assim residir na sobreposição da “diferença imperial” e da “diferença colonial”, o que gera uma “dupla consciência”,<sup>10</sup> que faz com que

---

<sup>9</sup> “The basic feature of colonial model is the colonial difference that framed not only the notion of literature and history, but also every aspect of the social and epistemic sphere, including, of course, ethics, religion and science, as conceived and practiced from Copernicus and Galileo to Newton.” (Mignolo, 2002: 159). Segundo Walter Mignolo, literatura, história, filosofia, etc., são práticas regionais da Europa cuja conceptualização faz parte do imaginário da civilização ocidental, e que a Europa exportou a partir do século XVI (2002: 161): “But Literature and History are Western categories to name, describe, and classify certain Western practices and, by the same token, to fabricate the colonial difference.” (*id.*: 157).

<sup>10</sup> Usamos aqui o conceito de “dupla consciência” de W.E. B. Du Bois (em *The Souls of Black Folk*) sem a sua referência rática, mas como ponto de referência. Paul Gilroy põe em destaque este conceito na sua famosa obra, *The Black Atlantic. Modernity and Double Consciousness*. Se Du Bois enfatiza a dupla consciência da raça e da nacionalidade presente num afro-americano, com as suas “duas almas”, P. Gilroy pensa poder interpretar o pensamento deste de forma mais alargada: “I want to suggest that Du Bois produced this concept at the junction

Portugal se imagine simultaneamente como centro de um Império e como periferia da Europa (Ribeiro, 2004: 1-20). Esta dupla consciência explica ainda uma constante oscilação entre as perspectivas do esplendor e da decadência nacionais, em função das circunstâncias históricas: numa perspectiva atlântica, Portugal sabe-se ocidental e europeu face aos povos que dominou, mas em termos continentais vive um secular complexo de inferioridade relativo aos povos do Norte da Europa. Por um lado, esta ideia parece coadunar-se com a hipótese de Boaventura Sousa Santos, segundo o qual Portugal vive desse estatuto misto (a semiperiferia), que gera uma cultura de fronteira, que configura a sua identidade de “Próspero calibanizado”. No entanto, não é menos verdade que é o autor que transpõe para a esfera pós-colonial essa dupla consciência. Chega mesmo a afirmar que o pós-colonialismo situado do espaço lusófono deve centrar-se nas fraquezas do Próspero calibanizado português (v.g. colonialismo interno no Brasil) (2001: 75-9), apesar de sublinhar que Portugal também teve os seus momentos de Próspero (*id.*: 64-75).

Sem menosprezar a importância da aplicação dos estudos pós-coloniais às literaturas lusófonas, parece-nos mais relevante, em relação a Portugal, considerar a sua dimensão pós-imperial, na medida em que a vivência histórica nacional assenta sobretudo numa perspectiva imperial, fundadora do seu imaginário, desde o “milagre de Ourique” ao “quinto império”, desde *Os Lusíadas* à *Mensagem*. Como nota Linda Hutcheon, “If, at a certain point, some metropolitan European nations identified themselves as empires, and thus defined themselves in ways that included imperial authority, then their literary history needs to be reconsidered in

---

point of his philosophical and psychological interests not just to express the distinctive standpoint of black Americans but also to illuminate the experience of post-slave populations in general. Beyond this, he uses it as a means to animate a dream of global co-operation among peoples of colour which came to full fruition only in his later work.” (1993: 126).

---



order to take into account both the (usually occulted) role of empire within them and the previously barely acknowledged impact on non-Western cultures on them.” (2002: 15).

A ideia da decadência de Alexandre Herculano, Antero de Quental e da “Geração de 70” relativamente à história de Portugal e aos descobrimentos (a expansão é mesmo considerada como uma das causas da decadência) só tem sentido face à perda do império, pelo que é já um sintoma pós-imperial, resultante ao mesmo tempo da consciência de uma grandeza perdida e da inferioridade relativa a outras potências europeias. O complexo de inferioridade face à Europa que desde o século XVII a *intelligentzia* portuguesa quase sempre cultivou deve-se a um momento pós-imperial. Aliás, o Império continuou a moldar a auto-imagem da pátria quando ela se transformou em Estado-nação no primeiro quartel do século XIX, mesmo que o modelo da “nação cultural”, de matriz germânica, se tenha sobreposto à “nação cívica” de inspiração francesa .

Aliás, Portugal só se tornou verdadeiramente colonial ao sentir o império ameaçado, como no último quartel do século XIX, quando embarcou na europeia *scramble for Africa*,<sup>11</sup> ou em pleno século XX, com o Estado Novo. Este, através de um revisionismo da memória histórica nacional, transformou o legado "pessimista" da Geração de 70 numa lição heróica, de modo a recriar a ideia de uma grandeza imperial, que procurou manter territorialmente através de uma longa e anacrónica guerra colonial. O que Portugal perdeu a partir de 1974 não foram apenas as colónias (províncias ultramarinas, na terminologia do Estado Novo), foi sobretudo um império de cinco séculos e (talvez não de todo) a sua mitologia imperial.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> Boavetura Sousa Santos admite mesmo que fomos Próspero em finais do séc. XIX, inícios do XX, depois do 25 de Abril de 1974 e ao aderir à União Europeia (2001: 65).

<sup>12</sup> Esta mitologia perdura, como bem ilustra o título e os temas centrais de *Fantasma e Fantasias Imperiais no Imaginário Português Contemporâneo* (Ribeiro e Ferreira, 2003). Como as autoras admitem na “Apresentação”, “Neste sentido do termo império que temos vindo a explorar, podemos dizer que no Portugal do século XXI que nos é contemporâneo vivemos tempos pós-imperiais.” (2003: 12).

## Bibliografia

APTER, Emily (2006)- “Je ne crois pas beaucoup à la littérature comparée: *Universal Poetics and Postcolonial Comparatism*”, in SAUSSY, Haun (ed.) (2006) , pp. 54-62.

ASHCROFT, Bill, GRIFFITHS, Gareth e TIFFIN, Helen (ed.s) (1995)- *The post-colonial studies reader*. London/New York: Routledge.

EMERSON, Caryl (2006)- “Answering for Central and Eastern Europe”, in SAUSSY, Haun (ed.) (2006), pp. 203-211.

FERREIRA, Ana Paula (2007)- “Specificity without Exceptionalism: Towards a Critical Lusophone Postcoloniality”, in MEDEIROS, Paulo de (ed.) (2007), pp. 21-40.

FONSECA, Ana Margarida (2007)- “Between Centers and Margins – Writing the Border in the Literary Space of the Portuguese Language”, in MEDEIROS, Paulo de (ed.) (2007), pp. 41-61.

FORSDICK, Charles e MURPHY, David (ed.s) (2003)- *Francophone Postcolonialism: A Critical Introduction*. London: Arnold.

GILROY, Paul (1993)- *The Black Atlantic. Modernity and Double Consciousness*. London/New York: Verso.

HALL, Stuart (2003)- *A identidade cultural na pós-modernidade*, 7ª ed. Rio de Janeiro: DP A Editora [1992].

\_\_\_\_\_(2007)- *Identités et Cultures. Politiques des Cultural Studies*. Paris: Amsterdam.

HUTCHEON, Linda (2002)- “Rethinking the National Model”, in HUTCHEON, Linda e Valdés, Mario J. (ed.s) (2002)- *Rethinking Literary History*. Oxford/New York: Oxford U. P., pp. 3-49.

LAZARUS, Neil (ed.) (2006)- *Penser le Postcolonial. Une introduction critique*. Paris: Éditions Amsterdam [tradução do orig. de 2004 – *The Cambridge Companion to Postcolonial Literary Studies*, Cambridge U. P.].

McLEOD, John (ed.) (2007)- *The Routledge Companion to Postcolonial Studies*. London/New York: Routledge.

MEDEIROS, Paulo de (2006)- “ ‘Apontamentos’ para conceptualizar uma Europa pós-colonial”, in SANCHES, Manuela R. (ed.) (2006), pp. 339-58.

\_\_\_\_\_(ed.) (2007)- *Postcolonial Theory and Lusophone Literatures*. Utrecht: Portuguese Studies Center/Universiteit Utrech.

\_\_\_\_\_(2007a)- “Turning Points: An Introduction to Postcolonial Theory and Lusophone Literatures”, in MEDEIROS, Paulo de (ed.) (2007), pp. 1-7.

MIGNOLO, Walter (1995)- *The darker side of the renaissance: literacy, territoriality, and colonization*. Ann Arbor: The U. of Michigan P.

\_\_\_\_\_(2002)- “Rethinking the Colonial Model”, in HUTCHEON, Linda e Valdés, Mario J. (ed.s) (2002)- *Rethinking Literary History*. Oxford/New York: Oxford U. P., pp. 155-93.

\_\_\_\_\_(2003)- *Historias locales/diseños globales. Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronteirizo*. Madrid: Akala [2000].

MOURA, Jean-Marc (1999)- *Littératures francophones et théorie postcoloniale*. Paris: Presses Universitaires de France.

RIBEIRO, Margarida e FERREIRA, Ana P. (2003)- *Fantasmas e Fantasias Imperiais no Imaginário Português Contemporâneo*. Porto: Campo das Letras.

RIBEIRO, Margarida Calafate (2004)- *Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*. Porto: Afrontamento.

SANCHES, Manuela Ribeiro (ed.) (2005)- *Deslocalizar a Europa: Antropologia, Literatura e História na Pós-Colonialidade*. Lisboa: Cotovia.

\_\_\_\_\_ (ed.) (2006)- *“Portugal não é um país pequeno”*. *Contar o ‘império’ na pós-colonialidade*. Lisboa: Cotovia.

SANTOS, Boaventura Sousa (2001)- “Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade”, in RAMALHO, Irene e RIBEIRO, António Sousa (org.s) (2001)- *Entre Ser e Estar – Raízes, Percursos e Discursos da Identidade*. Porto: Afrontamento, pp. 23-85.

SAUSSY, Haun (ed.) (2006)- *Comparative Literature in an Age of Globalization*. Baltimore: The Johns Hopkins U. P.

VEGA, María José (2003)- *Imperios de papel. Introducción a la crítica postcolonial*. Barcelona: Crítica.